

## APRESENTAÇÃO: INTELECTUAIS, DESENVOLVIMENTO E HISTÓRIA

*Dilma Andrade de Paula  
Maria Letícia Corrêa*

A temática do desenvolvimento e/ou do desenvolvimentismo comporta uma vastíssima produção no campo das Ciências Humanas e Sociais. Para restringirmo-nos às contribuições mais recentes, somente em 2012 houve a publicação de duas importantes coletâneas. A primeira, especificamente sobre a chamada “Era Vargas” e organizada por Pedro Paulo Zaluth Bastos e Pedro Cezar Dutra Fonseca, reuniu doze ensaios que enfocam, sob diversas perspectivas, “as origens e a evolução do ideário e da prática varguistas” (2012, p. 12). Já *Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimentismo*, organizado por Paulo Emílio Matos Martins e Oswaldo Munteal, originou-se do simpósio homônimo realizado no Rio de Janeiro pelo Programa de Estudos de Administração Brasileira da Fundação Getúlio Vargas, no final de 2008. Trata-se de 37 textos acerca de vários nomes do pensamento social brasileiro, das décadas de 1940 a 1970. Em ambas as iniciativas, destaca-se o afã de lançar novos olhares sobre intelectuais vinculados direta ou indiretamente ao desenvolvimento/desenvolvimentismo e às estratégias políticas e econômicas colocadas em prática, após os anos 1930, com esse objetivo, focalizando ações individuais e coletivas.

Amparados pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), os trabalhos de Celso Furtado e de Raul Prebisch formaram os grandes pilares para a elaboração de uma teoria do desenvolvimento nos países capitalistas da orla mundial periférica. A análise

do ideário associado a essa formulação implica, por um lado, a consideração dos modos pelos quais noções e valores de caráter científico-racial-evolucionista – próprios ao ideário de progresso – foram apropriados, renovados e adaptados nos espaços socioeconômicos muito diversos da América Latina e, por outro, de um conjunto de decisões e práticas políticas, anteriores mesmo a essa produção e que remontam à crise capitalista da década de 1930, por meio das quais os diferentes Estados responderam ao contexto internacional, reinscrevendo-se na hierarquia mundial.

As práticas de planejamento e as análises sociais que as tomaram por objeto nem sempre mostraram uma preocupação com essas nuances. Notadamente inspirado no exemplo dos Estados Unidos da América, a partir da Segunda Grande Guerra, o ideário de um modelo econômico a seguir, conjugando industrialização acelerada e urbanização, foi incrementado por meio de estratégias diversas. A polissemia do termo “desenvolvimento” (ESTEVA, 2000, p. 61) serviu muito bem a projetos e interesses distintos, em épocas e espaços também diferenciados. Comportou atualizações e novas roupagens, como a do mais recente “desenvolvimento sustentável”, que ganhou substância por meio das conclusões do *Relatório Brundtland*, publicado em 1983 pela Organização das Nações Unidas, entidade encarregada de abordar a relação entre meio ambiente e desenvolvimento que expressa “os limites aceitáveis pelo núcleo dominante do capital às tentativas ocorridas no âmbito da ONU, no decorrer dos anos [19]70/80, de criar mecanismos regulatórios destinados a conter a escalada do uso dos recursos naturais de forma destrutiva ambientalmente” (PAULA, 2005, p. 278). Tal como a noção de “desenvolvimento”, a de “desenvolvimento sustentável” se prestou a muitos usos, tendo sido já incorporada à vida cotidiana e a distintos projetos, transformando-se em senso comum.

Por meio das contribuições dos autores aqui reunidos e de variadas perspectivas teóricas, a proposta desta coletânea é abordar o tema do desenvolvimento e das políticas de desenvolvimento entre as décadas de 1930 e 1960, mais fortemente, mas apontando, também, para desdobramentos contemporâneos, pelo tratamento dos usos e abusos a que nos referimos da noção de “desenvolvimento sustentável”. Ancorando-nos fortemente na pesquisa histórica, ao pensar retrospectivamente o passado buscamos evitar atribuir aos eventos e processos analisados uma excessiva coerência e uma linearidade que, via de regra, além de forçar uma interpretação, não

correspondem à complexidade de cada movimento e momento vivido na experiência do desenvolvimento, envolvendo, assim, disputas entre classes e frações de classes por distintos projetos de poder.

Nossa proposta visa, ademais, focalizar o papel dos intelectuais, no sentido proposto por Antônio Gramsci, isto é, como organizadores da cultura e de vontades coletivas, diante da temática mais ampla do desenvolvimento. Como sabemos, o “intelectual” é sujeito central nas reflexões do pensador italiano, definido como “orgânico”, artífice da hegemonia e da contra-hegemonia, ou como intelectual “tradicional” que atravessa diversos tempos históricos, como os “eclesiásticos”, que, com sua autoproclamada “autonomia”, contribuem para a manutenção dos poderes estabelecidos. Para Gramsci, o desenvolvimento capitalista teria modificado “radicalmente” o extrato dos intelectuais, em todos os países, a indústria introduzindo “um novo tipo de intelectual: o organizador técnico, o especialista da ciência aplicada” (2004, p. 424).

Assim, nos estudos sobre intelectuais, seria necessário evitar o “erro metodológico” de apontar critérios de distinção no que é intrínseco às atividades por eles exercidas, ou no peso relativo das atividades intelectuais em uma determinada profissão ou ofício, buscando-os, de outro modo, no conjunto do sistema de relações sociais no qual estas atividades – e, portanto, os grupos que a personificam – se situam, historicamente (2001, p. 18–19).

Nos capítulos deste livro nos deparamos com sujeitos que, recrutados entre as diversas categorias intelectuais associadas às profissões técnicas e científicas da engenharia e da economia, mas também no direito e no jornalismo, exerceram funções em empresas e órgãos governamentais, na imprensa e nas entidades de classe, assumindo precisamente as funções organizativas e conectivas a que nos referimos, seguindo a leitura gramsciana. Embora nem sempre tão conhecidos atualmente, envolveram-se, assim, na formulação de políticas públicas e na produção de consensos sobre as alternativas privilegiadas do desenvolvimento.

O recorte cronológico proposto, embora não seja rígido ou estanque, busca compreender aquilo que Julio Aróstegui denominou de “espaço de inteligibilidade”, noção em que se articulam o próprio espaço físico e também um “lapso de tempo” que formam um complexo ou sistema, “no qual uma combinação determinada e bem caracterizada de fatores ambientais, ecológicos, econômicos, culturais e políticos e todos os demais pertinentes, permanece

conformando um *sistema* de algum tipo, cujo modelo pode ser estabelecido (...).” (2006, p. 351). Os estudos se concentram no período após 1930, mas com isso não queremos afirmar que esse fosse um tempo “inaugural”, mas antes uma mescla desigual e instável de continuidades e rupturas em relação ao período anterior. Trata-se de abordar, segundo essa perspectiva, o processo histórico pelo qual, no Brasil, lentamente, a alternativa da industrialização passou a ser dada como “fato consumado”, perdendo força, por sua vez, a defesa da “vocação agrícola” do país que estava associada à pauta liberal, atribuindo-se, portanto, um novo papel às atividades primárias.

Na relação entre Estado e economia, podemos divisar uma linha mais evidente em termos de rupturas após 1930, pela percepção de que coube aos agentes governamentais a condução da modernização da economia rumo à industrialização, como alternativa para o desenvolvimento, como propõem Sonia Mendonça (1985, p. 22; 24) e Francisco de Oliveira (2003 p. 35–40), em estudo clássico. Na dinâmica Estado-sociedade civil, tais iniciativas respondiam a interesses sociais que englobavam, mas transcendiam, as vontades e aptidões de chefes do Poder Executivo, como Getúlio Dorneles Vargas ou Juscelino Kubitschek de Oliveira, espalhando-se pelas agências estatais recém-criadas e entre os membros de governo, mas também por setores e organizações da sociedade civil, vinculados às diversas frações de classe, cujos objetivos mais imediatos nem sempre se manifestaram tão claramente, a não ser no decurso do tempo. As iniciativas e propostas industrializantes, ao serem implementadas total ou parcialmente, estimularam, por sua vez, o desencadear de novos movimentos. Destaca-se no período a influência do modelo representado pelas medidas do *New Deal*, de Franklin Roosevelt, nos Estados Unidos da América, em que se espelharam, no Brasil, muitas ações, como as grandes obras de infraestrutura – hidrelétricas, obras de regularização de enchentes e rodovias –, e também a preocupação com a formação de técnicos e engenheiros e, de modo mais geral, com a racionalização do trabalho. Após a Segunda Guerra Mundial, fortaleceu-se a perspectiva do intervencionismo estatal, conjugado com o fordismo. Daí, necessariamente, a elaboração ideológica e programática do que ficou conhecido como “desenvolvimentismo”, que se generalizou desde os anos 1950.

Nesse esforço, percebemos que precisamos ir um pouco mais além da circunscrição em torno de “Era Vargas” ou dos “Anos JK”, fartamente explorada por economistas, historiadores e jornalistas

(além dos já citados, ver, por exemplo, Bielschowsky, 1995, e Sola, 1998), em direção a uma maior aproximação da complexidade das relações sociais em temporalidades específicas, tendo em conta, ainda, o modo como se expressaram no quadro nacional e regional. Isso implica considerar tanto os projetos vencedores quanto aqueles que fracassaram ou que tiveram menos êxito no âmbito das políticas de desenvolvimento. Implica, por fim, considerar sujeitos nem sempre contemplados nos estudos sobre o tema, tanto coletivos quanto individuais, como, esperamos, se demonstrará nos capítulos desta coletânea.

Entendendo a engenharia como uma profissão intelectual, isto é, como atividade ligada ao conhecimento técnico e científico, Fabio Maza enfoca, no primeiro capítulo da coletânea, sua relação com a tecnocracia e as ideias de otimização e racionalização do trabalho. O autor procede à análise de textos dos engenheiros Luís Anhaia Melo, Victor Silva Freire e Roberto Simonsen das décadas de 1910 a 1930, demarcando sua contribuição específica ao estabelecimento de uma cultura técnica no Brasil, a qual, ao tempo que valorizava a ciência e a tecnologia como fatores primordiais do desenvolvimento econômico, concorria para sua despolitização.

A seguir, em “Os técnicos estrangeiros de mérito notório especializados em indústria útil ao País que procuram ocupação no Brasil (1941–1945)”, Fabio Koifman examina o modo como a preocupação com a industrialização se combinou às diretrizes de inspiração eugenista que orientavam, em bases pretensamente “científicas”, a formulação da política imigratória e de colonização do Estado Novo. Assim, se o tema da “carência de técnicos” foi incorporado à legislação relativa à imigração, a pesquisa dos processos de concessão de vistos pelo Ministério da Justiça, efetuada pelo autor, revela que a consideração da origem étnica dos imigrantes tendeu a prevalecer sobre os objetivos do desenvolvimento.

A premissa de que a definição de uma política imigratória científica, fundamentada em princípios eugênicos, era condição primordial para que o Brasil alcançasse o novo patamar de nação “moderna e industrial” demarca também o objeto central do capítulo seguinte da coletânea, escrito por Ricardo Augusto dos Santos. Em “Oliveira Vianna, a política imigratória do primeiro Governo Vargas e a influência dos Estados Unidos”, Santos dá destaque ao cotejamento de textos do pensador brasileiro com as atas do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, de 1929, estabelecendo, de outra parte, sua

correspondência com os princípios sobre imigração e nacionalização do trabalho consagrados na Constituição de 1934.

Carlos Roberto Torres Filho, em “O Ministério do Ar: o setor aeronáutico na expansão do Estado brasileiro” (1930–1945), volta-se igualmente para o primeiro governo de Getúlio Vargas, ao tratar da participação das Forças Armadas nas políticas de industrialização, enfocando o processo que levou à criação Ministério da Aeronáutica, em 1941. Marcado por divergências entre os diferentes setores do Exército e da Marinha e pelo alinhamento aos Estados Unidos, no contexto da Segunda Guerra Mundial, o debate sobre a regulamentação das atividades aeronáuticas envolveu, ainda, a defesa dos objetivos militares relativos à formação de quadros e à pesquisa tecnológica e dos interesses representados por indústrias brasileiras e empresas estrangeiras.

A inter-relação entre as dinâmicas regional e nacional, por um lado, e o contexto internacional que condicionou as políticas de modernização, por outro, é examinada nos três capítulos que se seguem, dedicados à análise dos embates que conformaram a elaboração dos projetos de desenvolvimento do vale do rio São Francisco e do estado de Minas Gerais.

O capítulo de autoria de Laurindo Mékie Pereira perscruta as ideias do empresário baiano Geraldo Rocha, destacando sua participação nos debates sobre o desenvolvimento do vale do São Francisco. Engenheiro, proprietário rural e jornalista, Rocha tornou-se personagem central da política em seu estado e aproximou-se de Vargas, transitando de forma ambivalente, ora como representante de negócios de empresas estrangeiras, ora como representante dos interesses das oligarquias. Seu livro *O rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil* consubstanciou um audacioso plano de desenvolvimento que serviu como referência para intervenções posteriores na mesma região.

O papel da imprensa na formação do consenso desenvolvimentista é o tema central do capítulo de Heloisa Pacheco Cardoso, “Desenvolvimento e modernização nas páginas do jornal *O Estado de Minas* nos anos 1950”. Reconhecendo o importante lugar social ocupado pelos grandes jornais no universo das relações sociais, a autora dirige sua atenção aos textos de *O Estado de Minas*, por meio dos quais analisa a construção da dicotomia “desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento” que justificava ações e políticas do governo e dos empresários, apontando, de outro modo, a construção dos enunciados voltados à cooptação dos trabalhadores.

Em “(Des)venturas do desenvolvimento: a Comissão do Vale do São Francisco sob a ótica de Albert Hirschman”, Dilma Andrade de Paula investiga o engajamento do economista alemão no projeto desenvolvimentista norte-americano, no período após a Segunda Guerra Mundial, no momento mesmo em que este se voltava aos países “periféricos” ou “subdesenvolvidos”. A autora examina os estudos de Hirschman acerca dos problemas do Nordeste brasileiro, apontando a singularidade desse intelectual como formulador de políticas de desenvolvimento e intermediário nas ações implementadas por instituições internacionais, como o Banco Mundial. Indica, a partir de exame minucioso da atuação do economista, as tensões que marcaram a formulação dos projetos de políticas públicas de desenvolvimento nos anos 1960 e 1970.

A problemática da atuação intelectual dos engenheiros, em sua relação com os projetos de desenvolvimento, é retomada no capítulo de autoria de Pedro Henrique Pedreira Campos. O autor analisa especificamente a campanha de “defesa da engenharia brasileira”, capitaneada por engenheiros-empresários como Saturnino de Brito Filho e Jaime Rotstein, por intermédio do Clube de Engenharia, alcançando impactos expressivos no delineamento das diretrizes dos setores de obras públicas e ciência e tecnologia na ditadura militar.

Encerrando a coletânea, o capítulo de Elder de Paula enfrenta a questão, a que nos referimos no início desta apresentação, dos usos atuais do conceito de desenvolvimento. Tendo por referência empírica um conjunto de documentos elaborados pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), reunidos sob o título de *Iniciativa para conservação da bacia amazônica*, sua análise permite desvelar uma complexa trama de interesses e construção de hegemonia, na qual a noção de “sociedade civil internacional” e a temática ambiental conformam o núcleo principal das estratégias de atuação na região.

Cabe assinalar, por fim, que, com a edição desta coletânea, as organizadoras e os autores buscam oferecer uma contribuição aos estudos sobre a conflituosa modernização brasileira, sob o signo do desenvolvimento, e esperam poder estimular novas investigações que venham a dar seguimento ao tratamento de temas e à perspectiva metodológica aqui indicada.

A iniciativa da edição do livro, com recursos da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), resulta das atividades do projeto de pesquisa de Maria

Letícia Corrêa intitulado “Técnicos do planejamento no Brasil: um estudo do debate desenvolvimentista nas páginas de *O Observador Econômico e Financeiro* (1936–1954), contemplado no Edital Jovem Cientista do Nosso Estado no ano de 2012, e da profícua interlocução mantida com a equipe de projeto de pesquisa coordenado por Dilma Andrade de Paula, intitulado “Projetos de desenvolvimento, política, cultura e viveres no Médio São Francisco, em Minas Gerais (séculos xx e XXI)”, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), e também vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Poder (da Universidade Federal Fluminense, UFF). Assinala, ainda, a continuidade dos trabalhos do Grupo de Estudos e Pesquisas Intelectuais, Sociedade e Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), correspondendo à quarta coletânea da série dedicada à história dos intelectuais<sup>1</sup>.

- 1 Referimo-nos às coletâneas *Os intelectuais e a cidade*, organizada por Magali G. Engel, Maria Letícia Corrêa e Ricardo Augusto dos Santos e editada pela Contra Capa em 2012; *Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno*, com organização de Magali Engel, Maria Letícia Corrêa e Karoline Carula, da mesma editora, de 2013; e *Os intelectuais e a imprensa*, organizada por Magali Engel, Flavia Fernandes de Souza e Natália Guerrellus, editada pela Mauad X e pela Faperj em 2015.



## Referências

- ARÓSTEGUI, J. A pesquisa histórica. Teoria e método. Bauru: Edusc, 2006. Coleção História.
- BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (org.). *A Era Vargas*. Desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.
- ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (org.). *Dicionário do desenvolvimento*. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59–83.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. V. 2.
- \_\_\_\_\_. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. V. 2.
- MARTINS, P. E.; MUNTEAL, O. (org.) *O Brasil em evidência*. A utopia do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Editora FGV, 2012.
- MENDONÇA, S. R. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista*. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PAULA, E. A. *(Des)envolvimento insustentável na Amazônia ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza*. Rio Branco: Edufac, 2005.
- SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo*. São Paulo: Edusp, 1998.